

O Paço de Vitorino das Donas

Carlos A. Brochado de Almeida*

Resumo: O Paço de Vitorino das Donas está situada na freguesia com o mesmo nome, concelho de Ponte de Lima. Ficou conhecido por “casas queimadas” porque no decurso das Lutas Liberais foi incendiado por uma facção anti-absolutista, já que o seu proprietário à época, Francisco de Abreu Pereira Coutinho, era um declarado apoiante de D. Miguel, irmão do futuro rei D. Pedro IV.

As origens desta casa senhorial remontam ao século XVI quando o capitão António Ramos, casado em primeiras núpcias com D. Ana de Lima, comprou o Casal do Barco na mesma freguesia. Posteriormente a casar-se com uma princesa Inca e ao instalar-se na dita propriedade deu origem a esta casa. Deste edifício muito pouco resta porque na segunda metade do século XVIII viria a sofrer uma profunda remodelação arquitectónica, ficando assim com a feição barroca que actualmente ostenta.

Palavras-chave: Paço, Vitorino das Donas, Absolutistas, Liberais, Princesa Inca, Barroco, “Casas Queimadas”.

Abstract: The Solar of Vitorino das Donas is situated in the town with the same name, municipality of Ponte de Lima. It has been known as “*burnt houses*” because during the Liberal fights it was incinerated by an anti-absolutist faction, since its owner at the time, Francisco de Abreu Pereira Coutinho, was an outspoken supporter of D. Miguel brother of the future King Pedro the IV.

The origins of this manor house date back to the sixteenth century when Captain Antonio Ramos, married in first nuptials with D. Ana de Lima, the couple bought the Casal do Barco property in the same parish. Subsequently to marrying an Inca princess and to settling on the property, he initiated the construction of the manor. Very little remains of this building because during the second half of the 18th century it suffered a profound architectural renovation, and thus it gained its current Baroque style.

Keywords: Solar, Vitorino das Donas, Absolutists, Liberals, Inca Princess, Baroque, “burnt houses”

1. Introdução

A designação oficial do solar, popularmente conhecido por “Casas Queimadas”, que se situa no lugar do Barco, freguesia de Vitorino das Donas, é Paço de Vitorino das Donas. O topónimo *paço*, pressupõe obviamente a nobiliarização da família que detinha a propriedade daquela casa e que muitos querem atribuir ao facto de aí poder ter estado escondido D. António Prior do Crato, após a derrota da facção portuguesa, às mãos do Duque de Alba, em Alcântara, em 25 de Agosto de 1580¹. Esteja ou não a designação de *paço* relacionada com relacionada com tal efeméride, o certo é que há outros locais, incluindo solares, que disputam tal honra ao Paço de Vitorino das Donas, como é o caso da Quinta do Paço da freguesia de Anha e mesmo lugares bem menos exóticos como é o pequeno eremitério rupestre de Sabariz, situado na base do castro de Sabariz, localizado freguesia de Mazarefes.

Folheando a lista de topónimos relacionados com a terminologia *paço* e suas variantes registados nas freguesias postadas ao longo da Ribeira Lima e que hoje fazem parte dos concelhos de Viana do Castelo e de Ponte de Lima², eles que são algumas dezenas, nem todos têm uma história tão conturbada como a do Paço de Vitorino das Donas. Têm, isso sim, uma diacronia ocupacional bem mais dilatada que a desta casa que, à primeira vista, tem as suas origens na segunda metade do século XVI.

Tendo presente a opinião de um dos mais reputados especialistas em análise toponímica – A. de Almeida Fernandes - topónimos como *paço*, *torre*, *quintã* e *sá* teriam uma origem medieval e estariam relacionados com uma forte presença senhorial³, facto que relegaria para segundo plano a posição defendida por Alberto Sampaio, para quem as origens deste topónimo entroncam na

* Professor do DCTP-FLUP

¹ Sobre a figura de D. António, Prior do Crato, aconselhamos a consulta, entre outras, das seguintes obras: FARIA, A. Portugal de – *D. António, prieur de Crato, XVIIIe roi de Portugal. Extraits, notes et documents*, T. I, Milão, 1909; PERES, Damião – *1580. O Governo do Prior do Crato*, Barcelos, 1928; SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *O Reinado de D. António, Prior do Crato*, Vol. I (1580-1582), Coimbra, 1956.

² FERNANDES, A. de Almeida – *Toponímia Vianense*, in *Cadernos Vianenses*, t. VII, Viana do Castelo, 1983, pág. 228-229; BAPTISTA, António José – *Toponímia de Ponte de Lima. I. Levantamento Toponímico*, Ponte de Lima, 2001.

³ FERNANDES, A. de Almeida - *Toponímia Vianense*, in *Cadernos Vianenses*, t. IV, Viana do Castelo, 1980, pág. 298-299.

residência de um *dominus* romano que dominava um determinado espaço agro-florestal a partir do epicentro, ou seja, da sua *domus* localizada no interior da respectiva *villa*⁴.

Almeida Fernandes defendia que a “*toponímia de paço pode ser medieval (pré-nacional ou posterior), mas não de época romana*”⁵. Confessamos que temos sérias reservas quanto a esta afirmação, porque a prática arqueológica aconselha a tomar uma outra direcção. É que foram os romanos que introduziram o conceito de agricultura organizada no Entre Douro e Minho e não faltam exemplos que o confirmem na Beira Lima. Embora a presença romana já se possa documentar no término da Idade do Ferro, foi, todavia, a partir do Baixo Império, é que a veiga limiana começou a ser metodicamente explorada, com o assentamento de agricultores hispano-romanos nos locais de melhor aptidão agrícola. Os locais privilegiados foram os vales mais protegidos dos cursos de água subsidiários do Lima, os pequenos alvéolos protegidos por massas orográficas propiciadoras de temperaturas mais estáveis e as terras mais enxutas postadas ao longo das duas margens, aquelas que ficavam ao abrigo das cheias que ciclicamente invadiam o curso terminal do Rio Lima.

Foi ao longo do Baixo Império que começaram a afirmar-se algumas das mais notáveis explorações da Ribeira Lima e que, por coincidência ou porque Alberto Sampaio terá razão, algumas delas estão situadas no mesmo ponto onde mais tarde a toponímia regista um *paço*. Citemos algumas destas realidades.

O *Paço Velho* da Facha tem origem numa *villa* do final do Império romano e perdurou ao longo de grande parte da Alta Idade Média, para posteriormente transformar-se num pequeno solar armoriado que ainda persiste. A Quinta do Paço de Santa Leocádia de Geraz do Lima está localizada numa ampla colina aplanada onde, nos campos que rodeiam a casa, entretanto muito alterada, se encontram materiais cerâmicos atribuídos ao Baixo Império. A história do local onde se ergueu o Paço de Beiral do Lima, uma estrutura setecentista, começa no final da Idade do Ferro e tem o seu apogeu no começo da Alta Idade Média, altura em que se fizeram uma série de enterramentos propiciadores de um valioso espólio funerário com ascendência germânica.

⁴ SAMPAIO, Alberto, *As Villas do Norte de Portugal, Estudos Históricos e Económicos*, I, Porto, 1923, pág. 56-57.

⁵ FERNANDES, A. de Almeida, op. cit. pág. 298.

Os exemplos poderiam multiplicar-se, pois em Santa Maria de Geraz do Lima, o lugar do Paço tem vestígios da Idade do Ferro Final e de época romana e pode-se afirmar, com uma certa certeza, que a uma parte das grandes casas de lavoura, muitas delas com laivos de nobiliarização, se encontram instaladas em espaços anteriormente escolhidos e arroteados por lavradores hispano-romanos ⁶.

Sintomaticamente uma parte destes sítios agrega, a si, o topónimo *Paço*, realidade que pode significar duas realidades bem distintas: o topónimo deriva do facto de ali ter estado instalado o *palatium* do *dominus* romano⁷ ou como defende Almeida Fernandes esta designação é posterior à presença romana e a presença de vestígios arqueológicos não passa de uma mera coincidência.

Se avaliarmos o caso específico do Paço de Vitorino das Donas, este só parcialmente encaixa na realidade acima descrita. À primeira vista desconhecemos a existência de vestígios arqueológicos no aro da quinta, mas sabemos que eles existem e bem no espaço que a rodeia. Estão presentes no lugar do Barco, na colina onde foi construída a capela dedicada a Santo António, no lugar de Pessegueiro, o lugar de Almuinhas, no lugar da Aldeia, no adro da igreja paroquial e no interior da Quinta do Convento das Donas⁸. Resumindo, será de aceitar o facto da história, mais personalizada do Paço de Vitorino das Donas, só começar a contar para os anais das casas fidalgas da Ribeira Lima, a partir do séc. XVI, com a compra do Casal do Barco por parte do Capitão António Ramos. No entanto e como abaixo veremos, na génese do futuro Paço das Donas estão duas “quintãs”: a do Barco e a do Paço que viriam a unir-se e a redundar na propriedade que posteriormente viria a designar-se por Paço de Vitorino das Donas.

⁶ Sobre este tema Cfr. ALMEIDA, Carlos A. Brochado de – *Povoamento Romano do Litoral Minhoto entre o Cávado e o Minho*, Vila Nova de Cerveira, 2003, pág.318 e sgs.

⁷ A palavra latina *palatium* está na origem do topónimo português *paço*, bem como das suas variantes, tal como no Sala deu origem a Sá.

⁸ ALMEIDA, Carlos A. Brochado de – *Proto-História e Romanização da Bacia Inferior do Lima*, Estudos Regionais, nº 7/8, Viana do Castelo, 1990, pág. 80-82.



Fig. 1 - Fachada atual do solar

2. As origens do Paço de Vitorino das Donas

A história da casa de Vitorino das Donas começa a ganhar corpo em meados do século XVI, quando, em 1543 a proprietária do Casal do Barco, de seu nome Maria Álvares, manditou, por procuração, seu marido Vasques Anes, para que em seu nome *“pudesse vemder troqar escãbã e haforar todo he qamto fose de sua fazenda”*⁹. Por outras palavras, autorizou o marido a vender, talvez entre outras, uma propriedade que possuía em Vitorino das Donas, localizada no lugar do Barco, ao capitão António Ramos, o qual, juntamente com sua mulher, de acordo com o documento que a seguir se reproduz, então viviam na cidade de Lisboa: *” elle basqueanes e(m) seu nome he da dita sua mulher dise q. Vendia e de jeito lloguo vemdeo deste dja p^a todo sempre ha ãt.^o Ramos e ha dona Cateryna Capayupanga sua mulher hora moradores na cydade de llysboa”*¹⁰.

Respigado o texto acima expresso, duas observações podem, pelo menos, tirar-se.

A primeira é que, em meados do século XVI, havia no lugar do Barco uma propriedade já devidamente estruturada, sem qualquer vínculo senhorial e tão pouco relacionada com a instituição de uma “capela” na igreja matriz de Ponte de

⁹ MAGALHÃES, Pedro de – *O Paço de Vitorino das Donas* in Arquivo de Ponte de Lima, Vol.IV, Ponte de Lima, 1983, pág. 237-244.

¹⁰ MAGALHÃES, Pedro de, op. cit. pág. 238.

Lima, a qual havia sido dotada de uma série de bens por Martim Furtado e que uma série de documentos pertencentes ao arquivo desta casa mencionam.

O que se depreende da leitura do *Tombo das Terras* do dito Martim Afonso é que ao Casal do Barco estavam adstritas uma série de propriedades, constando, entre elas, aquelas que haviam sido de Vasques Ferreiro: “*do Casal do barquo q(ue) foram de vasquoanes ferreiro*”¹¹. Esta ideia está claramente expressa num outro documento que pertenceu ao arquivo do Paço das Donas e que Pedro de Magalhães publicou no Arquivo de Ponte de Lima, em 1981. Atente-se, então, na argumentação que é dada para explicar-se a não relação entre as duas situações, ou seja, que os bens vinculados à dita “capela” não faziam parte da “quinta” que o referido capitão havia comprado: “*Hé de advertir q(ue) os bens q(ue) esta capela tinha em Vitorino das Donas nam tinham nada com a quintam do Paço q(ue) o capitam An.tº Ramos unio a quintam do Barco q(ue) comprou a Vasques Anes, ou melhor dizer nada tinham com a quintam de Barco q(ue se unio à do paço com uma parte e nem toda se unio porq(ue) o q(ue) era prazo das freyras q(ue) tudo estava junto*”¹².

A segunda observação está ligada à figura do capitão António Ramos, comprador do então Casal do Barco, já que a quintã do Paço era pertença de sua primeira mulher, Dona Ana de Lima. Ao que parece este capitão “*de Infantaria das Índias de Castela*”¹³ foi para a América do Sul na expedição de Francisco Pizarro, tendo chegado a governador de Cusco no Perú. Quando regressou a Lisboa vinha casado, porque entretanto havia enviuvado da sua primeira esposa, com Dona Catarina, uma princesa Inca, ao que parece filha de Honayna Capae Yupangui.

Deste seu segundo casamento António Ramos não teve filhos – “*não tinha fº nem fª*”¹⁴ – mas teve do primeiro uma filha que recebeu o nome de D. Francisca de Lima, entretanto casada com Álvaro de Abreu: “*Dona Ana de Lima may de D. Franc.ca de Lima m.er de Álvaro de Abreu e fª de An.to Ramos de Abreu, o vº*

¹¹ MAGALHÃES, Pedro de – *O Paço de Vitorino das Donas* in Arquivo de Ponte de Lima, Vol. II, Ponte de Lima, 1981, pág. 206.

¹² MAGALHÃES, Pedro de, op. cit. pág. 216.

¹³ BARRETO, Manuel Pereira – *Um Documento genealógico sobre os Abreus Coutinhos*, Porto, 1921.

¹⁴ MAGALHÃES, Pedro de – *O Paço de Vitorino das Donas* in Arquivo de Ponte de Lima, Vol. IV, Ponte de Lima, 1983, pág. 237-244.

cap.tam e G.or do Cusco no Peru”¹⁵. Este casamento ocorreu em 1596, portanto já com o capitão António Ramos em Vitorino das Donas, sendo o noivo, de seu nome completo Álvaro de Abreu Soares, sargento-mor em Viana da Foz do Lima¹⁶.

O facto da sua primeira mulher ser possuidora da quintã do Paço que por herança passaria para sua filha D. Francisca, levou o capitão António Ramos a comprar uma outra quintã adjacente com a finalidade de unir as duas, uma realidade veio a acontecer: “*quintam do Barco q(ue) se unio á do Paço*”¹⁷. O texto da compra da referida propriedade é conhecido pois foi registado num tabelião de Viana do Castelo, perante testemunhas e os vendedores Vasques Anes e sua mulher Maria Álvares: “*hem lhe venderem ha sua quintam de barquuo da freyguesia do mosteyro das Donas de betorinnho*”¹⁸.

O capitão António Ramos, porque entretanto aí passou a residir, terá feito, certamente, uma série de investimentos e melhorias nas duas propriedades, das quais pouco ou nada se sabe, porque o actual edifício é uma obra bem posterior. Desse período poderá ser, com um certo grau de certeza, uma parte da casa, voltada a sul onde se conserva uma porta com as arestas chanfradas à boa moda da arquitectura manuelina que então se fazia.



Fig. 2 - Vista do Paço do lado sul

¹⁵ MAGALHÃES, Pedro de – *O Paço de Vitorino das Donas* in Arquivo de Ponte de Lima, Vol. III, Ponte de Lima, 1982, pág. 93-100.

¹⁶ BARRETO, Manuel Pereira, op.cit.

¹⁷ MAGALHÃES, Pedro de – *O Paço de Vitorino das Donas* in Arquivo de Ponte de Lima, Vol. II, Ponte de Lima, 1981, pág. 216.

¹⁸ MAGALHÃES, Pedro de – *O Paço de Vitorino das Donas* in Arquivo de Ponte de Lima, Vol. III, Ponte de Lima, 1982, pág. 99.

De acordo com o testamento de D. Catarina, a princesa inca que foi segunda mulher de António Ramos, este foi assassinado em Viana do Castelo – “e *sosedemdo matarem no na vila de Viana ao dito amt.º Ramos meu marido*”¹⁹ – passando então os bens para a sua única filha. Esta, juntamente com seu marido, viria ainda a ser a beneficiária dos bens de sua madrasta, apesar das desavenças que teve com a sua enteada e que esta bem expressa no seu testamento. Por ele, que foi ditado ao padre Domingos Gonçalves, seu capelão, ficamos a saber que havia casado “*na sidade do Cusco*” e que à altura do enlace não era detentora de qualquer tipo de património: “*e ao tempo q(ue) com ele casej eu não tinha de meu cousa alguma*”. Mais expressava que sempre viveu com o marido até ao momento da sua morte e que sempre mantivera boas relações com o marido da enteada, dizendo mesmo que sempre o tivera em consideração e respeito e que ele fora para si como um filho, a quem sempre tivera amor. Desentendimentos, que os houve, esses vieram por parte da enteada, mas tal não obstava que os instituísse como seus herdeiros universais.

Em tal testamento, feito aos 80 anos – viria a falecer 8 meses após a morte do marido – determinava uma série de disposições, entre as quais que os seus escravos fossem tratados com carinho, que o seu corpo fosse amortalhado no hábito de São Francisco – “*no abyto do sōr sam fr.co*”- e que fosse enterrada no interior da ermida onde marido estava deposiatado e que ele havia mandado construir dentro quinta sob a invocação de Nossa Senhora: “*desta qimta de nossa sora q(ue) o dito amt.º Ramos meu marido aqui edifycou*”²⁰.

Herdeiros e senhores do Casal do Barco e da Quinta do Paço, D. Francisca de Lima e seu marido Álvaro de Abreu trataram de engrandecer a propriedade com mais bens que foram adquirindo consoante o relata um documento do arquivo da casa, publicado em 1981: “*An.to Ramos o Capitam comprou algu(m)as propriedades q(ue) possuio, e também sua fª D. Fran.ca de Lima m.er de Álvaro de Abreu S.res do Paço de Victorinnho das Donas*”²¹.

¹⁹ MAGALHÃES, Pedro de – *O Paço de Vitorino das Donas* in Arquivo de Ponte de Lima, Vol. IV, Ponte de Lima, 1983, pág. 237-244.

²⁰ MAGALHÃES, Pedro de, op. cit.

²¹ MAGALHÃES, Pedro de, op. cit., pág. 216.

3. A fase seiscentista do Paço de Vitorino: a instituição do morgadio

As alianças matrimoniais fizeram convergir para os descendentes do Capitão António Ramos algumas das famílias mais gradas da região limiana - Abreus, Limas, Pereiras e Coutinhos - e mesmo estrangeiras como a belga Logier. Esta entrou na órbita dos senhores do Paço de Vitorino das Donas em 1638 com o casamento do cavaleiro flamengo Guilherme de Campanaer Logier, natural de Anvers, com D. Francisca de Lima e Abreu, à data senhora do dito paço²².

Guilherme Logier era, ao que parece, filho segundo de uma família flamenga que havia enriquecido com o trato do comércio internacional. Sendo, na altura, o porto de Viana do Castelo, um dos mais importantes do reino, foi com toda a naturalidade que este flamengo se estabeleceu em Viana e tomou contacto com a descendente de António Ramos.

Sobre a história desta casa pouco se sabe neste período. O edifício era o mesmo que havia sido construído ou modificado pelo Capitão António Ramos e o casal repartiria a sua vida entre Vitorino das Donas e Viana, porque era ali que se situava a base comercial do flamengo e também porque foi, precisamente, naquela vila do foz do Lima, que eles fundaram a capela do Santo Cristo, em 1647, na igreja dos Frades Carmelitas. Um outro acto, de capital importância para o futuro do antigo Casal do Barco e que é obra do mesmo casal, foi a instituição do Morgado da Quinta do Barco, no dia 3 de Fevereiro de 1653²³. Dizemos que foi de importância acrescida, porque a instituição do morgadio tornava a dita propriedade indivisível, que passava a ser legada ao filho mais velho, defendendo-a assim de possíveis tentativas que visassem retalhá-la ou mesmo aliená-la. Por outras palavras, o filho mais velho, que na gíria popular, passou a designar-se de morgado, não era de modo algum o proprietário absoluto daqueles bens, antes era um fiel depositário e um administrador que beneficiava dos proventos que conseguisse obter através da sua gestão.

²² BARRETO, Manuel Pereira, op. cit.

²³ BARRETO, Manuel Pereira, op. cit.

4. A fase setecentista e actual do Paço de Vitorino

Os proprietários do agora morgadio do Paço de Vitorino das Donas viveram na casa construída ou reformulada na 2^a metade do séc. XVI até meados do século XVIII, altura em que começou a construir-se o actual solar.

Foi na vigência do morgado João de Abreu de Lima Logier que começaram as obras que viriam a substituir a antiga casa da Quinta do Barco. Os trabalhos continuaram após a sua morte, porque só se deram por concluídas em 1780, quando presidia aos destinos do morgadio o seu descendente Gonçalo de Abreu Coutinho.

A construção do actual edifício reflecte, não só, o estilo arquitectónico que então vigorava na tipologia dos solares do Minho, mas também a disponibilidade financeira que a família à época tinha, partindo do princípio que a base da sua riqueza residia num extenso património fundiário. Não é também alheio o facto do país beneficiar do efeito “ouro do Brasil” que em muito contribuiu para a renovação do parque habitacional da nobreza e dos lavradores mais grados da região e para a profunda alteração que se fez sentir na grande maioria das igrejas. Estas viram, não só a sua estrutura arquitectónica alterada para os modelos de cariz barroco, como os interiores foram profundamente remodelados com a introdução das talhas douradas e de uma imaginária cujo movimento contribui para efeitos cénicos catalizadores de uma religiosidade que havia encetado o seu caminho com a *devotio* moderna.

Pouco sabemos do dia a dia deste solar nos decénios que se seguiram. Conhecem-se os descendentes que se sucederam na linhagem, as alianças matrimoniais que se fizeram e mesmo a envolvência política que conduziu ao célebre incêndio de 1836. Naquela altura haviam-se estremado em Portugal as posições políticas que se haviam estremado após a implantação do liberalismo. É bom que se diga que, dois anos antes havia sido assinada a Convenção de Évora Monte, segundo a qual o rei D. Miguel abdicava da coroa portuguesa e partia para o exílio onde viria a renegar o tratado que havia assinado, considerando-o nulo e

sem efeito, porque fora obrigado a aceitá-lo para “*prevenir maiores desgraças e poupar o sangue de muitos fieis vassalos*”²⁴.

A saída do monarca defensor da corrente absolutista não veio de modo algum sanar as profundas clivagens que existiam na sociedade portuguesa, mais predisposta, nas cidades e vilas, às mudanças propostas pela corrente liberal, que a população rural amarrada às velhas lideranças da nobreza e do clero, ambos muito conservadores. Apesar de terem abrandado os conflitos directos entre miguelistas e liberais, nem por isso a ala mais conservadora da nobreza rural do Entre-Douro-e-Minho, de então, aceitou, de bom grado, a ascensão de uma nova elite saída dos estratos burgueses, muitos deles admitidos, por força do título, no círculo de velha nobreza. Por isso não é de espantar que os senhores do Paço de Vitorino das Donas, com três séculos de prosápia fidalga na linhagem, tivessem permanecido fiéis à velha monarquia absolutista que se revia nos princípios defendidos por D. Miguel.

Em 1836 o morgado do Paço de Vitorino das Donas era Francisco de Abreu Pereira Coutinho, um claro aderente ao miguelismo e que devido as suas convicções políticas era a figura de proa do movimento miguelista em Pote de Lima²⁵. Com tal militância haveria de conquistar um conjunto, mais que de opositores, de inimigos políticos, naturalmente da ala liberal, mais uma série de dissabores que haveriam de redundar num ataque ao seu paço de Vitorino das Donas, que foi criteriosamente incendiado. Relembremos a descrição que é feita num dos documentos que pertenceram ao arquivo daquela casa: “*a dita Malta, entrando a casa do Paço de Victorino das Donas, lhe lançaram fogo, deixando-a toda reduzida a cinzas e sem escapara nada, até ao m.mo celeiro foram por fogo. Ao meio dia do dia 23 de Julho de 1836 já ardia toda a casa*”. Tanto quanto o deixa antever o texto da devassa que posteriormente correu em tribunal, os autores do ataque incendiário já antes haviam destruído a casa a José Pedro e no paço usaram de produtos inflamáveis para que o fogo se propagasse com a velocidade necessária. O nome e a origem dos autores do ataque à casa do paço é conhecida, sabendo-se que eram naturais de Ponte de Lima ou das suas

²⁴ SILVA, António Martins da – *A vitória definitiva do liberalismo e a instabilidade constitucional: cartismo, setembrismo e cabralismo*, in *História de Portugal* (dir. de José Mattoso), Vol. V, Editorial Estampa, Lisboa, 1993, pág. 94.

²⁵ Almanaque Ilustrado de “O Commercio do Lima,” nº 3.

imediações, e pertencentes a níveis sócias pouco relevantes²⁵. A amplitude daquele acto de vandalismo foi de tal ordem que levou à destruição de todo o recheio, salvando-se somente as paredes, facto que obrigou ao restauro integral, posterior, da habitação principal e seus anexos.

Destruída a casa e confrontado com a situação política que lhe era adversa, o morgado partiu para Londres onde viveu alguns anos refugiado e, ao que parece, numa situação económica, nada dignificante para o seu estatuto social. Viria a suceder-lhe no governo da casa, seu filho Francisco de Abreu de Lima Pereira Coutinho, nascido em 1850 e que, por se ter envolvido num dos governos de D. Carlos, foi agraciado com o título de Conde (1º) do Paço de Vitorino. Com a sua morte, a casa passou para seu filho Francisco de Abreu Lima Calheiros de Noronha Pereira Coutinho que faleceu em 2010.

5. O Paço de Vitorino das Donas

Como já tivemos ocasião de referir, a actual estrutura habitacional do Paço de Vitorino das Donas é uma conjugação de três momentos distintos. Uma pequena parcela - verdadeiramente não sabemos quanto – será coeva do tempo do capitão António Ramos, a parte de leão é a actual estrutura que data da 2ª metade do séc. XVIII e a mais recente é aquela, sobretudo telhados e organização interior que nasceu com a recuperação do edifício após o incêndio de 1836.

²⁵ MAGALHÃES, Pedro de – *O Paço de Vitorino das Donas* in Arquivo de Ponte de Lima, Vol. V, Ponte de Lima, 1984, pág. 318.

5.1. O edifício da 2ª metade do séc. XVI

Desconhecemos a dimensão e a estrutura da casa onde morou o capitão António Ramos e sua família, porque ela foi destruída, praticamente na sua totalidade, quando um dos seus descendentes, se abalançou à construção do actual edifício, em meados do séc. XVIII.



Fig. 3 - Porta manuelina com arestas chanfradas

A ajuizar pela porta com arestas chanfradas que se conserva na ala voltada a sul e que é claramente uma reminiscência da arquitectura manuelina, o edifício do séc. XVI situava-se neste local. Não sabemos se a porta foi remontada ou, pelo contrário, ela faz parte de uma estrutura mais vasta que se conserva, incorporada, no solar do séc. XVIII. Assim sendo, então a parte mais saliente que é visível na ala do edifício voltado a sul é um vestígio da primeira habitação quinhentista construída naquele local.

Uma análise mais pormenorizada desta parte do solar setecentista só com a retirada da argamassa que cobre as paredes e naturalmente com valas de sondagem a efectuar no exterior e interior do quadrilátero que bem pode ser uma reminiscência de uma torre do paço quinhentista, posteriormente alterada com as obras que modificaram toda a estrutura em meados do séc. XVIII.

5.2. A capela construída pelo capitão António Ramos

De acordo com o texto do testamento de D. Catarina Capayupangue, o capitão António Ramos havia mandado construir uma capela no interior da sua propriedade para que aí fosse sepultado juntamente com sua mulher.

Que a capela de invocação a Nossa Senhora do Barco já existia antes da construção do actual solar refere-o, em 1758, o vigário Bernardo Pereira Pinto d'Albuquerque nas memórias paroquiais que então enviou à Academia lisboeta. Ao mencionar as capelas que havia naquela freguesia ele diz taxativamente: “e *no lugar do Barco a capella de Francisco de Abreu Coutinho com há imagem de Nossa Senhora do Barco*”²⁶. Ora esta informação condiz, em certa medida, com aquela que está no testamento de D. Catarina, quando esta afirma que a capela mandada construir pelo marido estava sob a invocação de Nossa Senhora, mas sem precisar o título.

Tratando-se de uma capela coeva da casa quinhentista, torna-se claro que ela não corresponde a nenhuma das duas que há dentro do espaço da quinta.

Aquela que tem sido aventada, como hipótese primeira, é uma minúscula construção, quase edícula, que se encontra no interior da mata e cuja tipologia e enquadramento está mais de acordo com um pequeno calvário que propriamente com uma capela de cariz funerário. Aliás a sua tipologia construtiva e o arruamento que a ela conduz, ladeada de cruces, na sua maioria reduzidas aos plintos, está muito de acordo com os modelos de calvários que proliferaram na região do Minho ao longo do século XVIII²⁷. Finalmente, olhando para o espaço disponível dentro da pequena capela, nota-se que há um deficit de espaço capaz de albergar uma e muito menos duas sepulturas, tanto mais que os dois esposos faleceram com 8 meses de diferença.

²⁶ CAPELA, José Viriato – *As Freguesias do Distrito de Viana do Castelo nas Memórias Paroquiais de 1758*, Casa Museu de Monção/Universidade do Minho, Braga, 2005, pág. 375.

²⁷ MARQUES, João -



Fig. 4 Caso do caseiro e Capela

A hipótese segunda será a da actual capela, que tem uma traça barroca tardia (*rocaille*), de frontão invertido e interior apropriado às manifestações artísticas da época, patentes através da talha, não dourada, que decora o altar e da decoração das molduras das portas laterais.

É evidente que esta capela é posterior àqueles eventos, mas é a única onde há, no chão do corpo da capela, pelos menos, dois túmulos rasos. Mais haverá, mas o estado de abandono a que a capela foi votado não permite ilações, para já, mais pormenorizadas.

A ser provável que estes túmulos correspondam às figuras do capitão António Ramos e de sua mulher D. Catarina as ilações a tirar são simples. Os túmulos estão *in situ* e, portanto, correspondem ao antigo espaço da capela quinhentista posteriormente reedificada em meados do século XVIII. Os túmulos são o resultado de uma transladação dos restos mortais dos fundadores da casa e, por esse facto, os alicerces da dita capela terão de ser procurados em outros espaços da quinta.



Fig. 5 - Decoração barroca na porta da Capela

5.3. O edifício barroco

De acordo com os cânones da gramática barroca, o solar setecentista foi construído no topo de um quadrilátero definido lateralmente por duas linhas de construções destinadas a arrecadações e na face oposta por uma alto muro onde se abre a principal porta de entrada. É uma construção típica da arquitectura senhorial que então se fazia pelo norte de Portugal, com planta em U, construída em granito da região, que sobressai através das portas, janelas, cornijas e pilastras apaineladas, nas paredes rebocadas e caiadas de branco.

Sabemos que o início da construção começou em meados do séc. XVIII, decalcando, ao que tudo indica, o espaço físico da primitiva casa de tipologia manuelina. Aliás seria interessante percebermos até que ponto o primitivo solar foi integrado – a ajuizar pela porta de arestas chanfradas – e se aqui aconteceu, como em outros locais da Ribeira Lima, a nova casa ter sido construída junto de uma

torre pré-existente²⁸, isto no caso de admitimos que o capitão António Ramos tinha sido autorizado a construir uma.

O solar do Paço de Vitorino das Donas tem a sua fachada principal orientada para Poente, tal como a sua capela, que foi construída ou reedificada no lado norte, na linha de confluência dos anexos com o muro de vedação, onde foi aberto o principal portão de acesso ao interior do pátio exterior ou terreiro.

Na óptica de Carlos de Azevedo, este muro de vedação tinha diversas valências. Entre elas convirá destacar o facto de permitir que os senhores do solar vivessem relativamente isolados da ambiência exterior e que mostrassem a sua fidalga prosápia através dos merlões que eram colocados ao longo do correr do muro, dispostos de ambos os lados do portal, este sim a emanar uma forte simbologia senhorial e por vezes religiosa, através da heráldica que ali foi colocada. Como escreveu e bem *“no Norte, este muro de vedação desempenha papel importante desde o início do século e vale sobretudo, pela sua função decorativa”*²⁹.

O portal de acesso ao terreiro que se abre em frente da fachada do Paço de Vitorino das as Donas é uma construção elegante que se encaixa nos cânones do barroco final. Embora haja quem avance com uma tipologia de *“tipo maneirista”* para este portal, o certo é que as suas pilastras e arco a tender para o abatido, com aduelas apaineladas, é bem símbolo da arquitectura barroca na sua fase terminal, quando esta já começa a incorporar os ventos do neo-classicismo. Remata num frontão entrecortado com enrolamentos que ladeiam a heráldica da família, a qual, por sua vez, tem a ladeá-la dois elegantes fogaréus com remate em forma de esfera.

Transposto o portão principal abre-se um amplo terreiro, de formato rectangular, desprovido de qualquer ornato ou construção intermédia, como poderia ser uma fonte, apropriado à circulação de veículos de tracção animal, já que lateralmente se encontram os celeiros, anexos agrícolas, cavalariças, instalações dos criados jornaleiros – mais recentemente uma garagem para veículos motorizados - e a adega que se encontrava no rés-do-chão da casa principal. A esta acedia-se através do arco que faz a ligação entre o terreiro e o pequeno pátio interior. Na linha de anexos que se desenvolvem do sul ou

²⁸ BINNEM, Marcus – *Casas Nobres de Portugal*, Difusão Editores, Lisboa, 1987, pág. 11.

²⁹ AZEVEDO, Carlos – *Solares Portugueses*, Livros do Horizonte, Lisboa, 1969, pág. 82.

meridional do terreiro foi incrustada uma fonte coroada pela imagem de Nossa Senhora da Conceição.



Fig. 6 Acesso ao pátio interior

O solar, propriamente dito, é uma construção típica do barroco português que se desenvolve em dois andares, rés-do-chão e 1º andar. No rés-do-chão estavam arrecadações várias, nomeadamente a adega que se situava nas dependências mais próximas ao arco/passagem de acesso ao pátio interior. O andar superior era o espaço, por excelência, da família, pois aí se situava o salão nobre, o oratório quando o havia, os quartos, a sala de convívio, a biblioteca e arquivo, a sala de jantar, os quartos de banho³⁰, enfim as diversas dependências de uma casa nobre rural, pois, como bem o definiu Paulo Pereira, o Paço de Vitorino funcionou como habitação própria de uma nobreza que vivia no meio rural do qual lhe vinha a base da sua sustentação económica³¹.

O solar de Vitorino das Donas é uma construção centrada numa varanda aberta, assente em cinco arcos, ladeada por dois avançados, em forma de quadrilátero que dão a ilusão de duas falsas torres. No corpo avançado da

³⁰ Os quartos de banho setecentistas não passavam de uma retrete que tinha comunicação com o rés-do-chão, sem qualquer ligação ao uso de água corrente.

³¹ PEREIRA, Paulo – *História da Arte Portuguesa*, Vol. III, Lisboa, 1995, pág. 215.

esquerda há uma porta que dá acesso aos baixos da casa, mas no do lado oposto, chegava-se ao pátio interior e adega, através da porta em arco. É a estes dois quadriláteros que encosta o correr das arrecadações e celeiros. No lado lado norte abre-se uma porta em arco que permite o acesso à parte agrícola e à casa do caseiro. No lado oposto há portas rectangulares que comunicam com algumas das dependências agrícolas próprias de uma grande exploração agrícola minhota.

O acesso, a partir do terreiro, à varanda com aberturas arqueadas, faz-se através de uma escadaria de lanços simétricos, decorada com balaústres, remates enrolados e pináculos com terminais em esfera. Sobre a cornija, que também apresenta silhares apainelados, há uma série de merlões similares aos que encimam o muro que veda o acesso ao terreiro.

Olhando para a distribuição das diversas peças que estruturam a fachada do solar, esta até pode parecer sóbria, caso consigamos abstrairmo-nos das molduras apaineladas das portas e janelas, das pilastras e arcos e mesmo do movimento emanado da colocação dos balaústres, tudo, para mais realçado pela oposição que o cinzento, enegrecido, do granito trabalhado, contrapunha à brancura das paredes caiadas de branco.

Peça importante na arquitectura deste solar é o pátio interior, que apesar da limitada capacidade, não deixa de ter antecedentes nos velhos claustros dos mosteiros que não deixavam, também de estar presentes na região.



Fig. 7 - Porta do 1º andar que nunca o chegou a ser

Este pátio tem uma parte original, isto é coeva, da construção do solar e uma outra que é bem mais recente, do séc. XX, pois, inicialmente, a varanda só acompanhava uma parte do pátio. Ela nunca existiu na parte voltada a sul, onde se abre uma porta que comunica com o exterior onde está a porta com arestas chanfradas do período manuelino, situação que permite observar todo o alçado da construção rasgada por janelas rectangulares marcadas por molduras de granito desprovido de qualquer tipo de ornamentação. Não existia também na parte que está em ligação com a parte posterior da varanda da fachada central, pois no acesso desde o pátio para a varanda fazia-se por uma escada que foi retirada mas deixou as suas marcas na parede. De um modo geral pode dizer-se que é um espaço funcional, mas desprovido dos artifícios decorativos que estão patentes na fachada voltada ao terreiro. A cornija é lisa e toda a estrutura está assente em colunas de formato dórico ou toscano provincial. A varanda propriamente dita está assente em colunas cilíndricas decoradas com capitéis dóricos, de formato desigual, assentes numa balaustrada de granito aparelhado e contínuo.



Fig. 8 - Varanda tipo claustro sustentado por colunas com capiteis toscanos diferentes

A estrutura que ficou do Paço de Vitorino das Donas nunca foi uma obra acabada. Observando-se a parede meridional do corpo do edifício que está voltado ao antigo pomar, são evidentes os silhares salientes que serviriam para engatar a parede da construção que se lhe seguiria. Como desconhecemos, a planta original da construção, a única coisa que pudemos presumir é que seria um corpo tão elevado como o que existe, a ajuizar pelas portas que foram entaipadas por não terem, obviamente, servidão.

O conjunto arquitectónico da 2ª metade do século XVIII foi servido pela capela que construída no fecho do ângulo norte do muro com a linha de anexos.

5.4. A casa do caseiro

É uma construção rectangular em alvenaria não rebocada construída no enfiamento da capela, para o lado norte. O seu cunhal meridional está a dois passos, alinhado pelo da capela. Ente as duas construções há um espaço diminuto que funcionou com porta de servidão dos moradores da casa, quando pretendiam sair para o exterior, não necessitando assim de usarem a porta que punha em ligação a casa do caseiro com o terreiro do solar.

A Casa do Caseiro é uma construção avantajada com uma linha de janelas no 1º andar e gateiras rectangulares ao nível do rés-do-chão. Na face orientada para nascente, isto é, para o interior do espaço murado, havia uma varanda, provavelmente de madeira, ao nível do 1º andar com escadaria de acesso. Esta

viria a desaparecer posteriormente e substituída por uma parede de blocos de cimento.



Fig. 9 Caso do caseiro

5.5. O paço da 2ª metade do séc. XIX

Toda a estrutura do Paço de Vitorino das Donas foi criminosamente consumido pelas chamas no ano de 1836. Daí a designação de “Casas Queimadas”. O incêndio reduziu o recheio a cinzas, salvando-se unicamente as paredes.

Anos depois, em meados do século XIX, o paço foi reconstruído pelo proprietário, entretanto regressado de Londres, sem lhe introduzir alterações de fundo, mas construindo, de novo, os interiores, que tinham sido totalmente aniquilados. É provável - para já não temos elementos justificativos - que tivesse sido organizado um novo desenho dos compartimentos existentes no interior do edifício, mas também pode ter acontecido que a traça primitiva da sua divisão interna tivesse sido respeitada. O certo é que telhados, madeiramentos, soalhos, caixilharias e portadas foram totalmente refeitos, bem como as paredes das divisões internas que foram feitas segundo o modelo em voga: ripado de madeira argamassado e pintado numa imitação do marmoreado tempos atrás posto em voga pela difusão do neoclassicismo e que perdurou ao longo daquela centúria tendo alcançado a plenitude com o romantismo arquitectónico.

5.6. As excrescências posteriores

Não são muitas as modificações feitas à posterior das obras de meados do séc. XIX, mas algumas existem. No interior foram construídos quartos de banho mais adaptados com a realidade actual e foram construídos apêndices como aquele que visível na ala voltada a sul. Ocorreram, igualmente, algumas modificações ao nível do acesso e da varanda do pátio interior, bem como na definição do espaço do corpo avançado à fachada principal, lado sul.

6. Classificação

O conjunto arquitectónico do Paço de Vitorino das Donas foi classificado como Imóvel de Interesse Público, pelo Decreto-Lei nº 129/77 de 29-9 ³².

³² IPPAR, *Património Arquitectónico e Arqueológico Classificado*, Vol. III, Lisboa, 1993, pág. 60.